

Malan e Fraga explicam à CAE termos do acordo com o FMI

Plenário aprecia hoje projeto do senador Romero Jucá que estende até dezembro o prazo para que estados e municípios reduzam gastos com pessoal a 60% das receitas líquidas. O ministro Raul Jungmann fala à CAS sobre a reforma agrária

HOMENAGEM A D. HÉLDER



Em mensagem enviada ao Senado, dom Hélder defendeu mudanças na economia e a globalização da solidariedade

“Menos economia e mais humanidade”

Parlamentares da base governista e dos partidos de oposição uniram-se ontem para elogiar a trajetória do arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, durante sessão comemorativa de seus 90 anos. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que o religioso já tem seu lugar garantido na história do Brasil. Em mensagem enviada aos senadores, dom Hélder fez um apelo para que eles dêem prioridade na agenda política a temas como saúde, emprego e habitação. “Menos economia, senhores senadores, e mais humanidade”, sugeriu.

PÁGINAS 4 E 5

Os termos do novo acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) serão explicados hoje, a partir das 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Eles atendem a requerimento do senador Eduardo Suplicy, que pretende conhecer as condições acertadas com o fundo para a liberação das próximas parcelas do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões concedido ao país.

O ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, participará às 17 horas, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de audiência pública proposta pelo senador Osmar Dias sobre a reforma agrária. No plenário, será apreciado projeto do senador Romero Jucá que estende até 31 de dezembro o prazo para que estados e municípios reduzam seus gastos com pessoal ativo e inativo a no máximo 60% das receitas correntes líquidas, como prevê a Lei Camata.

PÁGINA 2

Senado recebe candidatas a Miss Brasil

As candidatas a Miss Brasil 99 visitaram ontem o Senado, como ocorre todo ano. No plenário, as misses foram cumprimentadas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Durante a visita ao plenário, as votações prosseguiram normalmente, pois Antonio Carlos Magalhães passou a presidência dos trabalhos ao senador Ademir Andrade (PSB-PA), 2º vice-presidente da Casa.



CRE aprova indicado para embaixada em Roma

PÁGINA 3

Malan e Fraga falam sobre FMI hoje

Ministro da Fazenda e presidente do Banco Central prestam esclarecimentos, às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre termos da revisão do acordo

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, estarão hoje, a partir da 10h, falando aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), para prestar explicações sobre os termos da revisão do acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Eles atendem a convite formulado no requerimento de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que justificou seu pedido lembrando que a equipe econômica divulgou os termos de negociação com o fundo, em que

foram fixadas novas regras, metas e compromissos que condicionam a liberação das próximas parcelas do empréstimo de US\$ 415, bilhões.

O ministro Pedro Malan já esteve no Senado, no final do ano passado, quando discutiu com os senadores, em plenário, os termos do primeiro acordo com o FMI. A crise provocada pela desvalorização do real no mês de janeiro obrigou o governo a renegociar o acordo com o fundo.

A Comissão de Assuntos Econômicos é presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

CAS ouve hoje ministro da Política Fundiária

Será hoje, às 17h, a audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com a presença do ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann. Essa audiência está prevista na agenda de trabalho proposta num requerimento apresentado pelo presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), e aprovado no último dia 17.

Conforme a agenda, nos próximos 120 dias a comissão deverá discutir em profundidade a política social do governo, debater sua eficiência e sugerir, se necessário, alterações em seu rumo. Osmar Dias defendeu a convocação dos

gestores das políticas do Poder Executivo, propondo um diálogo na forma de painéis e audiências públicas, a fim de levantar os principais problemas sociais do país.



Raul Jungmann é o primeiro convidado da CAE no ano

Projeto que acaba com kit será discutido na CCJ

O projeto que acaba com a exigência do kit de primeiros socorros nos carros prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro é um dos dez itens da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de hoje, às 10h. O projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, tem como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Autor da proposta, o deputado Padre Roque (PT-PR) defende o fim do kit com o argumento de que ele "é inútil, caro e perigoso". Sustenta ainda ser "voz comum que ele poderá causar sérios prejuízos, se usado inadequadamente" e a "única razão da

sua existência é fomentar o lucro dos fabricantes dos materiais e equipamentos e dos revendedores".

Também hoje, a CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), deve examinar dois projetos que tratam da demissão de funcionários públicos para redução de despesas, prevista na reforma administrativa, e fixa normas que os governos devem seguir para se enquadrar nos limites máximos de gasto com pessoal.

No caso da demissão de funcionários estáveis, o projeto determina os critérios que devem ser adotados pelos governos ou prefeituras.

Líderes acertam calendário para trabalho das comissões

Em reunião realizada ontem, no gabinete do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os líderes partidários estabeleceram um calendário de funcionamento para as comissões técnicas, e decidiram que, nas segundas e sextas-feiras, haverá sessões de plenário deliberativas, de acordo com as necessidades de tramitação das matérias em pauta.

Os líderes resolveram também que as sessões de quinta-feira serão realizadas pela manhã. A fixação de horário para as comissões visa evitar coincidência das reuniões de duas ou mais delas, e também com as sessões de plenário. O objetivo é garantir que os debates possam ser acompanhados por todos os senadores que assim o desejarem.

O horário de reuniões das comissões

ficou assim:

- Comissão de Assuntos Econômicos (CAE): terças-feiras, às 10h;
- Comissão de Assuntos Sociais (CAS): quartas-feiras, de 9 às 11h;
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): quartas-feiras, a partir das 11h;
- Comissão de Educação (CE): quartas-feiras, à tarde (depois da Ordem do Dia da sessão de plenário);
- Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI): quintas-feiras, das 9 até o início da Ordem do Dia da sessão plenária (por volta das 11h);
- Comissão de Fiscalização e Controle (CFC): quintas-feiras, logo depois de encerrada a sessão de plenário;
- Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional (CRE): quintas-feiras, às 17h.

Plenário vota projeto sobre ajuste de pessoal nos estados

O plenário do Senado deve votar na sessão de hoje projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá prazo até 31 de dezembro próximo para que os estados e os municípios reduzam seus gastos com pessoal (ativos e aposentados) a 60% de suas receitas correntes líquidas, como prevê a Lei Complementar 82/95, conhecida por Lei Camata.

A atual legislação, conforme Jucá, previa que os estados e municípios teriam de se adaptar aos novos limites até o final de 1998. No entanto, os governadores e prefeitos não podiam fazer demissões e só agora, com a apro-

vação da reforma administrativa e de sua regulamentação, eles terão à disposição medidas legais que amparam as possíveis demissões de servidores. A regulamentação da reforma administrativa já foi votada pela Câmara e se encontra em discussão no Senado.

O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou substitutivo à proposta dando prazo até a metade do exercício financeiro seguinte para que um governo ou prefeito regularize os gastos, caso eles sejam descumpridos.

CRE aprecia indicação de embaixador na ONU

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se hoje, às 9h30, para apreciar mensagem presidencial que indica o diplomata Gelson Fonseca

Júnior para o cargo de embaixador-chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas.

O senador João Alberto (PMDB-MA) está encarregado de emitir parecer sobre a indicação.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
10h - Despacho Interno
15h30 - Preside Sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95, que limita as despesas com o funcionalismo público; *PDL nº 44/98, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Difusora de Itumbiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara-GO; *PDL nº 46/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis-GO; *PDL nº 49/98, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Catuípe-RS; e *PDL nº 51/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha-MG.

COMISSÕES

- ▶ 9h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Mensagem nº 84/99, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha de Sérgio Silva do Amaral, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; e *Mensagem nº 72/99, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha de Gelson Fonseca Júnior, para exercer o cargo de embaixador-chefe da missão do Brasil junto às Nações Unidas. Ala Senador Alexandre Costa - sala 7
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga Neto, acerca dos termos da revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional, em atendimento ao Requerimento nº 8-CAE/99, de autoria do senador Eduardo Suplicy. Ala Senador Alexandre Costa - sala 19
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro; *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 13/99, que revoga o art. 112 da Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro; *PLC nº 15/99, que altera dispositivos da Lei nº 8.432/92, a qual dispõe sobre a transferência de sede de Junta de Conciliação e Julgamento e define jurisdição; *PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; *PLC nº 54/96, que regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96 e 6.305/75; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; e *PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. Ala Senador Alexandre Costa - sala 5
- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *Audiência Pública com o ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, Raul Beles Jungmann Pinto. Ala Senador Alexandre Costa - sala 9

ESPECIAL

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Olhos Vendados (Los Ojos Vendados)*, de Carlos Saura. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CRE aprova Paulo Tarso para embaixador na Itália

Senadores acolhem a indicação feita pelo presidente da República e elogiam "uma das figuras mais importantes da diplomacia brasileira"

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação de Paulo Tarso Flecha de Lima para o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Itália. Embaixador em vários países e ex-ministro das Relações Exteriores, Paulo Tarso foi apontado pelo presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), com apoio de outros senadores, como uma das figuras mais importantes da diplomacia brasileira. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esteve presente à reunião.

Sarney lembrou que Paulo Tarso foi ministro das Relações Exteriores em várias ocasiões durante seu mandato como presidente da República, e atestou que o embaixador é dono de um "talento excepcional e de uma grande cultura".

O embaixador ressaltou que os problemas de saúde sofridos há dois anos tiraram-lhe alguma mobilidade física, mas, apoiado pelos amigos e com espírito forte, estaria pronto para cumprir qualquer missão. Também destacou a importância do apoio do Senado para o sucesso de uma missão diplomática.

Paulo Tarso explicou aos senadores que a Itália é o quinto parceiro comercial do Brasil e que já tem várias idéias e projetos para expandir o relacionamento entre os dois países, não apenas na área comercial, mas nas de esporte, aeronáutica, energia, turismo e, principalmente, cultural. Revelou que pretende realizar



O embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima foi ouvido pelos integrantes da comissão e aprovado por unanimidade

um festival de música brasileira em Roma e comentou que a maior colônia italiana não se encontra nos Estados Unidos, mas no Brasil.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou de quando conheceu Paulo Tarso e como o tempo afirmou a capacidade do embaixador. "Raramente se vê um diplomata dessa categoria", opinou. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que a Itália também é a maior parceira do Brasil no combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro desde o início da "Operação Mãos Limpas".

Argumentando que apenas os títulos citados no currículo seriam suficientes para aprovar a indicação, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) frisou que o embaixador contava ainda com o depoimento do senador José Sarney.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que era um "fato muitíssimo auspicioso" o governo ter escolhido

Paulo Tarso para a missão na Itália, pelo seu talento em desenvolver relações econômicas e em ser um promotor do comércio entre países.

Dizendo estar feliz por reencontrar Paulo Tarso após quase 50 anos, o senador Lauro Campos (PT-DF) revelou que, na juventude, ambos foram "quase vizinhos" em Belo Horizonte e que frequentavam o Minas Tênis Clube. "Eu estava no quarto ano de Direito, quando Paulo Tarso entrou na faculdade", informou Lauro Campos.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) confessou estar alegre e emocionado em ver a garra de Paulo Tarso e disse que tem acompanhado a luta do embaixador contra as seqüelas do acidente vascular cerebral sofrido há dois anos. Simon destacou que o embaixador tinha todo o direito de gozar uma boa aposentadoria, mas preferiu continuar "trabalhando e alimentando sonhos".

ACM participa da sanção da lei das ONGs

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou ontem da solenidade de sanção, pelo presidente da República, da lei que disciplina a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. A partir de agora, o conceito do chamado "terceiro setor", que cresce em escala mundial com o desenvolvimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), ganha uma disciplina legal no país, abrindo espaço para um volume crescente de parcerias com o setor público.

De acordo com a exposição de motivos do presidente Fernando Henrique Cardoso, "no Brasil, como em toda parte, o terceiro setor não-governamental e não-lucrativo coexiste hoje com o Estado (primeiro setor) e com o mercado (segundo setor), mobilizando um volume crescente de recursos e energias para iniciativas de desenvolvimento social". O projeto, de autoria do governo, chegou à Câmara dos Deputados no ano passado, tendo tramitado com muita rapidez e sido



ACM ouve o discurso de FHC, ladeado por Ruth Cardoso e Milton Seligman

aprovado com amplo apoio nas duas Casas do Congresso Nacional. A aprovação no Senado ocorreu no dia 11 de março.

O fortalecimento do terceiro setor, no qual se incluem as entidades da sociedade civil de fins públicos e não-lucrativos, é apontado pelo governo como uma "orientação estratégica nacional, em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país". Na avaliação oficial, as parcerias com as organizações não-governamentais em geral elevam a eficiência e a capacidade de re-

alização dos recursos mobilizados. As parcerias oferecem, ainda, a oportunidade de recursos oficiais alavancarem o reforço de verbas privadas.

A qualificação dessas organizações exige que elas não distribuam "entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades". Tais resultados, reforça a lei, devem ser integralmente aplicados na consecução do respectivo objeto social.

Fim do limite para juros recebe emendas e pode voltar à CCJ

A proposta que altera artigos da Constituição relativos ao Sistema Financeiro Nacional, eliminando a limitação dos juros reais em 12% ao ano, recebeu emendas durante a discussão em plenário. Com isso, a proposta pode retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), exceto se o relator concordar em opinar, no próprio plenário, sobre as alterações.

Uma das emendas de plenário foi apresentada pelo senador Bello Parga (PFL-MA) e seu objetivo é "tornar mais clara a intenção de exigir leis complementares tanto para regular o Sistema

Financeiro como para disciplinar o ingresso do capital estrangeiro".

A proposta de emenda constitucional, de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), recebeu um substitutivo do relator na CCJ, senador Jefferson Péres (PDT-AM). Serra pretende em sua proposta eliminar da Constituição os artigos que se referem à regulamentação do Sistema Financeiro. Já o relator, Jefferson Péres, quer manter, entre outras coisas, o artigo 192 modificado, mas concorda em suprimir incisos e parágrafos do artigo (inclusive eliminando o limite de juros reais em 12% ao ano).

Senado manifesta pesar pela morte de ex-governador

"Uma pessoa pacífica, um político incorruptível." Foi assim que o senador Djalma Falcão (PMDB-AL) definiu o ex-governador de Alagoas Theobaldo Vasconcelos Barbosa, que morreu ontem, em Maceió.

O plenário aprovou requerimento de pesar pelo falecimento, proposto por Djalma Falcão, e enviou condolências à família. Theobaldo Barbosa foi vereador em Maceió, deputado estadual, deputado federal, vice-governador e governador de Alagoas.

Renovadas concessões de mais quatro emissoras

O plenário do Senado aprovou ontem projetos de decreto legislativo renovando a concessão das rádios Cidade Estéreo Show, de São José do Rio Preto (SP), Cultura São Vicente, da cidade paulista do mesmo nome, StereoSon, de Leme (SP), e da Rádio Sociedade de Juiz de Fora (MG).

Os projetos contaram com parece-

res favoráveis emitidos na Comissão de Educação pelos senadores João França (PPB-RR), Edison Lobão (PFL-MA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Francelino Pereira (PFL-MG).

Durante a votação, Francelino informou que a Sociedade de Juiz de Fora é a rádio mais antiga de Minas Gerais e há 70 anos presta serviços à região.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1999

- 1** Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1997. José Serra e outros. Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).
Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. Lida Emenda nº 2-Plen, de autoria do senador Bello Parga e outros senadores. A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.
- 2** Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1998. (nº 492/97, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão à Rádio Cidade Estéreo Show FM (São José do Rio Preto-SP).
Resultado: Aprovado. Votaram: sim: 53 não: 02 abs: 11 total: 66. À promulgação.
- 3** Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1998 (nº 495/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Cultura (São Vicente-SP).
Resultado: Aprovado. Votaram: sim: 61 não: 01 abs: 10 total: 72. À promulgação.
- 4** Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1998 (nº 505/97, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão da Rádio Leme (Leme-SP).
Resultado: Aprovado. Votaram: sim: 58 não: 02 abs: 10 total: 70. À promulgação.
- 5** Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1998 (nº 508/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Sociedade (Juiz de Fora-SP).
Resultado: Aprovado. Votaram: sim: 57 não: 03 abs: 10 total: 70. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



HOMENAGEM

Plenário registra aniversário do arcebispo emérito de Recife e Olinda, cuja biografia se confunde com a luta dos brasileiros pela volta da democracia

Senado exalta 90 anos de dom Hélder Câmara

Na primeira parte da sessão plenária de ontem, os senadores fizeram uma homenagem ao arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, pelos seus 90 anos. Vários parlamentares se manifestaram durante a solenidade e destacaram a constante luta do sacerdote em defesa dos mais humildes de nossa sociedade. Também foi lembrada a heróica resistência empreendida por dom Hélder ao regime militar.

Dom Hélder não compareceu à sessão, mas enviou mensagem na qual apela aos políticos para que se engajem na luta contra o desemprego, tema da Campanha da Fraternidade deste ano. "Menos economia, senhores, mais humanidade", recomendou.

Arcebispo cobra política para combater o desemprego

O arcebispo emérito de Recife e Olinda, dom Hélder Câmara, enviou mensagem ao Senado em que agradece a homenagem por seus 90 anos e insta os senadores a pressionarem o Executivo por mecanismos que diminuam o número de desempregados no Brasil.

Em sua mensagem, lida pelo vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Marce-

lo Carvalheira, dom Hélder fez um apelo para que haja mais prioridades sociais e menos prioridades econômicas no Brasil. "Mais autonomia, menos dependência. Nosso povo não tem saúde, não tem emprego, não tem habitação e não tem escola. Menos economia, senhores senadores, e mais humanidade", convidou. A íntegra da mensagem de dom Hélder ao Senado é a seguinte:

"Lamento não estar presente para agradecer de viva voz esta homenagem, que tanto me sensibiliza, que o Senado me presta na passagem dos meus 90 anos.

"Em primeiro lugar, minha alegria decorre do fato de vir esta homenagem do Senado da República, cuja história se confunde com a própria história do nosso país.

"Em segundo lugar, por ter sido iniciativa do senador Lúcio Alcântara, muito digno representante do meu povo cearense. Permita-me, senhor senador, incluí-lo entre os muitos amigos que formam comigo o que chamo a família mecejaneense.

"Desejo que essa homenagem, tão significativa, não seja prestada a mim, mas à Igreja do Brasil, à qual procuro servir desde que me tornei sacerdote. Se alguma coisa fiz durante minha longa existência foi procurar elevar, cada vez mais, essa Igreja servidora e pobre na luta pela justiça social, por uma sociedade mais humana, e mais cristã. Onde haja um número cada vez menor de privilegiados. Onde os pobres não sejam miseráveis, possam participar das decisões sociais, tenham enfim vez e voz.

"Permito-me, senhores senadores, aproveitando o lema da Campanha da Fraternidade deste ano, fazer um apelo aos representantes do povo nesta Casa: olhem pelos desempregados, ajam, adotem medidas, criem leis, exerçam pressão sobre o Poder Executivo para que nossos governantes tenham mais sensi-

bilidade para o social e criem mecanismos que possam gerar empregos e absorver esses milhões de brasileiros alijados das fábricas, dos bancos, dos escritórios, enfim, de todos os ambientes de trabalho.

"Lembre-se, senhores senadores, que atrás de cada desempregado há pelo menos quatro pessoas. A estatística do desemprego, para ser verdadeira, deve fazer a simples conta: multiplicar por 4 o número de desempregados. Só assim se poderá avaliar corretamente o drama social que se vive hoje no Brasil.

"Meu apelo é para que haja mais prioridades sociais e menos prioridades econômicas. Mais autonomia e menos dependência. Nosso povo não tem saúde, não tem emprego, não tem habitação e não tem escola. Menos economia, senhores senadores, e mais humanidade. Nunca é demais lembrar que o homem é criado à imagem e semelhança de Deus, filho de Deus Criador de todas as coisas.

"Aproxima-se o novo milênio. Desejo do fundo do meu coração que essa nova era corrija a globalização da economia e faça surgir a globalização dos humanos, a globalização da solidariedade, como tem nos pedido o papa João Paulo II. O futuro já não me pertence. Mas pertence aos senhores que têm em mãos a responsabilidade de um mandato popular. O povo os olha com inquietação, perplexidade e esperança. Não o decepcionem, senhores senadores. Muito obrigado.

Dom Hélder Câmara."



Ao lado do senador Geraldo Melo, que presidia a sessão, dom Marcelo Carvalheira lê a mensagem enviada por dom Hélder ao Senado

Para Alcântara, "ao nosso Mahatma só falta o Nobel"

Autor do requerimento que resultou na sessão de homenagem a dom Hélder Câmara, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) o definiu ontem como um apóstolo de Deus, pastor, profeta e um dos homens mais dignos e fascinantes deste país. Para o parlamentar, "ao nosso Mahatma Gandhi só falta agora o Nobel da Paz, e este haverá de vir".

Segundo Alcântara, o homenageado já escreveu seu nome ao lado dos mitos produzidos por este século, como Martin Luther King, Madre Teresa de Calcutá, Nelson Mandela, Dalai Lama e Mahatma Gandhi. "Ele continua tendo uma grande alma, como Gandhi a teve, e um grande sonho, como Luther King", afirmou, convencido de que dom Hélder já ocupou, há muito tempo, todos os espaços na luta pela paz, pela liberdade e pela dignidade.

O senador afirmou que é um orgulho muito grande para o Brasil tê-lo como um dos seus filhos. O arcebispo nasceu numa família pobre e numerosa em Fortaleza e iniciou sua trajetória pastoral em 1923, no seminário:

– São 76 anos de vida dedicados à igreja, à devoção, às pregações, à paz,



Alcântara: dom Hélder já inscreveu seu nome entre os mitos do século

à democracia, às lutas contra as injustiças sociais em toda a América Latina, à defesa dos oprimidos e da reforma agrária nos latifúndios improdutivos – relatou.

Durante 28 anos, dom Hélder esteve no Rio de Janeiro até que, poucos dias antes do Movimento de 1964, foi para o Nordeste, assumir a Arquidiocese de Olinda e Recife, de onde nunca mais saiu.

Conforme o parlamentar, no período militar, as ações do arcebispo em Recife começaram a se tornar cada vez mais políticas e sociais, revelando uma nova Igreja Católica, engajada, voltada para os explorados e para os perseguidos.

Para Alcântara, as manifestações públicas de dom Hélder foram sempre contra o poder autoritário e discriminador do Estado e contra o individualismo das elites. Ele também definiu dom Hélder como um dos heróis da luta que tirou o país de 25 anos de direitos políticos tolhidos.

Em aparte, os senadores José Jorge (PFL-PE), Roberto Freire (PPS-PE), Bernardo Cabral (PFL-AM), Sérgio Machado (PSDB-CE), Edison Lobão (PFL-MA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) associaram-se à homenagem, dizendo que dom Hélder Câmara é um brasileiro extraordinário, de trajetória singular não só na Igreja, como na ação política.

Simon vê compromisso com a fé e a solidariedade

"Dom Hélder foi sempre, acima de tudo, movido por um profundo sentimento religioso, cuja face mais visível era a solidariedade para com os mais fracos", disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Em vários trechos do livro *O Deserto é Fértil*, destacados pelo senador, dom Hélder reitera sistematicamente que aqueles que não têm "surdez na alma", dotados de "antenas espirituais" e "grandeza d'alma", ouvirão o clamor e "os protestos silenciosos ou violentos" dos mais pobres, dos oprimidos, dos sempre e sem-voz.

Estes, continuou Simon, por serem sensíveis às injustiças da distribuição da riqueza e das decorrentes das relações entre países pobres e impérios capitalistas ou socialistas, "não encontrarão facilidades em seu caminho, mas sentirão, invisível, a sombra protetora do Pai".

Por suas realizações, dom Hélder foi praticamente banido dos meios de comunicação no período de arbítrio, tendo sido censurado na rádio da sua própria diocese. Conforme reportagem da revista

Veja, desta-

cada pelo senador, entre 1964 e 84 dom Hélder fez 800 viagens ao exterior, nas quais concedeu centenas de entrevistas e proferiu incontáveis

palestras. Na opinião de Simon, "foi nessas viagens que dom Hélder acabou se constituindo no homem que mais danos causou à imagem externa do regime arbitrário aqui instalado".

O silêncio erguido em torno dele só o fortaleceu, afirmou Simon, tanto que, em 1970, seu nome foi indicado para o Nobel da Paz. O mesmo silêncio não impediu que dom Hélder participasse da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Campanha da Fraternidade e do Conselho Episcopal para a América Latina (Celam).



Simon: dom Hélder viajou o mundo todo criticando a ditadura



HOMENAGEM

Elogios à trajetória do religioso ultrapassam fronteiras partidárias e unem parlamentares de oposição ao presidente do Senado

ACM diz que arcebispo tem seu lugar na história

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que dom Hélder Câmara é uma das figuras mais carismáticas do Brasil em todos os tempos e que tem seu lugar na história religiosa e política do país. "Ele traçou rumos que nem sempre foram seguidos, mas que,

na realidade, representavam sua assertiva em defender os mais humildes. Os outros têm sua defesa, mas os mais humildes têm que encontrar nos religiosos, como dom Hélder, quem os defenda. Esse tem sido o lema maior de sua vida."

Para Antonio Carlos, o Senado, "ape-

sar das divergências ideológicas que possa haver, homenageia em unanimidade a figura de dom Hélder, pedindo a Deus que ele viva por muitos anos e ainda possa ser o pastor de seu rebanho. Com ele, seus seguidores terão a mesma linha em defesa dos mais humildes, dos mais ca-

rentes, daqueles que precisam, realmente, da fé para viver".

O senador lembrou que dom Hélder, apesar das muitas injustiças de que foi vítima, não se tornou um homem amargo. "Ao contrário, ele compreendia as injustiças; o tempo o tornava ainda mais

lúcido nas suas pregações. Convivi com ele e posso dizer que, por suas atitudes e conversas, trata-se verdadeiramente de um homem de Deus. Essa homenagem vale para dom Hélder e para seus amigos religiosos que mantêm a mesma conduta", destacou Antonio Carlos.

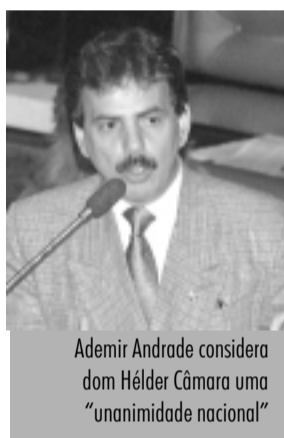
Ademir faz comparação com Gandhi

Ao homenagear os 90 anos de vida do arcebispo emérito de Olinda (PE), dom Hélder Câmara, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) o comparou a Gandhi, Martin Luther King, Betinho e Madre Teresa de Calcutá, pela sua defesa dos oprimidos. Ele acrescentou que a homenagem do Senado ontem representa o reconhecimento por tudo que o religioso fez não só pela Igreja Católica, mas por toda a sociedade brasileira.

– Dom Hélder soube, como poucos, exercer sua catequese em favor dos oprimidos. Combateu as arbitrariedades sem pregar a violência; defendeu os pobres; fez de sua pregação um libelo contra as desigualdades, sem jamais escorregar

para o radicalismo – elogiou Ademir Andrade.

Reconhecendo que hoje dom Hélder representa quase uma unanimidade nacional, Ademir Andrade lembrou que nem sempre foi assim. Nos tempos do autoritarismo, o sacerdote foi apelidado de "bispo vermelho". Segundo o senador pelo Pará, isso aconteceu porque, mesmo sem nunca ter sido comunista, o arcebispo de Olinda não se calava ante as torturas ocorridas durante



Ademir Andrade considera dom Hélder Câmara uma "unanimidade nacional"

o regime militar e nem desistia de lutar em favor dos oprimidos.

Ademir confessou que o início de sua vida pública esteve ligado ao trabalho dos discípulos de dom Hélder. Ele disse que aprendeu a fazer política no Pará com alguns religiosos que apoiavam a população mais pobre e sofrida do estado na luta pela terra. Na época o senador era engenheiro da Eletro-

norte e havia sido destacado para acompanhar a obra da hidrelétrica de Tucuruí.

Marina Silva lembra o exemplo concreto de amor

A senadora Marina Silva (PT-AC) dedicou ontem a dom Hélder Câmara uma passagem da *Bíblia*, a carta de Paulo aos Coríntios, em que fala do amor como o dom supremo. "É muito bom termos pessoas reais, pessoas concretas, que fazem da sua prática de vida aquilo que professam por palavras. É dessas pessoas que nós extraímos a força e a coragem para tentarmos imitá-las, senão no todo, pelo menos em parte", afirmou Marina Silva.

A senadora destacou que dom Hélder é um símbolo não só de luta, mas também de esperança, uma vez que conseguiu viver na prática a máxima dita por Jesus Cristo, "na Casa de meu Pai há muitas moradas", convivendo pacificamente com todo tipo de gente e opiniões. Ela acentuou que foi com esse espírito ecumênico que o arcebispo foi profeta até mesmo para aqueles que não acreditavam em Deus.

Marina conclamou o Congresso Nacional a refletir entre o dizer e o fazer, entre o pensar e o agir para transformar a realidade do Brasil, assim como dom Hélder foi capaz de transformar mentalidades, "não apenas da Igreja Católica, mas fundamentalmente de todas aquelas pessoas que deram a oportu-



Marina apontou a injustiça social como um dos maiores pecados da nossa sociedade

tunidade aos seus corações de viver uma outra experiência; a experiência do amor".

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse, em aparte, que as sociedades se comportam "mais ou menos num esquema freudiano", e quando não têm uma referência forte do pai ou da mãe a família se dispersa com exemplos alheios à sua estrutura. "Sempre nesse período em que eu e tantos outros senadores aqui presentes fazemos política, sempre que nos veio o desânimo, sempre que nós vacilamos e titubeamos, encontrávamos pela frente a referência forte de dom Hélder Câmara", lembrou o senador. Requião afirmou não saber se dom Hélder é um santo, mas que, sem dúvida, é uma das referências éticas e morais mais fortes do Brasil nos últimos cem anos.

Marina Silva ressaltou ainda que "santos são aqueles homens que foram, acima de tudo, capazes de enfrentar os seus pecados e os pecados da sociedade em que viveram. E, talvez, um dos maiores pecados da nossa sociedade tem sido a injustiça social, e durante um longo período a ditadura, pela falta de democracia, e dom Hélder enfrentou isso com muita grandeza".

Tião Viana presta homenagem à CNBB

Durante a homenagem a dom Hélder realizada ontem no plenário do Senado, o senador Tião Viana (PT-AC) lembrou ter sido o arcebispo, em 1952, com o apoio do então cardeal Montini, futuro papa Paulo VI, o primeiro a incentivar, no seio da Igreja Católica no Brasil, o surgimento de uma organização que desse visibilidade à colegialidade dos bispos do Brasil. "Na pessoa de dom Marcelo Carneiro, aqui presente, quero homenagear a CNBB por seu trabalho evangélico e social", destacou.

Para Tião Viana, a vida de dom Hélder compromete a todos na luta do bom



Tião Viana lembrou assassinato em 1969 do padre Henrique Neto

combate. "Ele amou as crianças, jovens e idosos. Criou associações para trabalhar com favelados. Abraçou a luta dos camponeses e camponesas, operários e operárias. Em sua poesia, as lavadeiras encontram-se em lugar privilegiado, pois são elas que lavam a sujeira do mundo, tendo na pessoa de Maria, nossa Mãe, sua protetora."

Tião Viana referiu-se, sobretudo, às difíceis horas que dom Hélder viveu de-

sendo os direitos humanos. "Perseguido, foi várias vezes atingido no seu sentimento, no seu direito de ir e vir, na sua integridade moral e psicológica. Contudo, nenhuma dor se compara àquela que o atingiu, no ano de 1969, com o covarde assassinato do seu auxiliar, padre Henrique Neto, de 27 anos."

O senador pelo Acre lembrou, ainda, que foi dom Hélder o responsável pela criação da Conferência Episcopal da América Latina (Celam), tendo participação importante no concílio Vaticano II, Puebla e Medellín – conferências que adaptaram o *Concilium* para a realidade latino-americana. "Ao comemorarmos os 90 anos do grande pastor, assumamos o compromisso de seguir seus passos no caminho da paz e da justiça", concluiu Tião Viana.

Violação dos direitos fundamentais da criança preocupa Eduardo Siqueira Campos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu a transcrição integral, nos Anais do Senado, de sentença divulgada pelo Tribunal Permanente dos Povos, que se reuniu no Memorial da América Latina, sobre o tema de sua 27ª Sessão – "A Violação dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente".

A sentença, conforme o senador, inclui sugestão que está em consonância

com sua proposta de criar uma comissão especial da criança e do adolescente no Senado, atualmente aguardando inclusão na Ordem do Dia. Trata-se, citou o senador, de lutar para que "a proteção à criança e ao adolescente brasileiros seja assumida como causa nacional, a partir de um pacto firmado entre políticos e a sociedade civil, com aplicação garantida e continuidade assegurada, independente da alternância do poder".

Firmada pelos juristas Dalmo de Abreu Dallari, Rubens Aprobato e Luís Moita, a sentença do Tribunal Permanente dos Povos, segundo o senador, contém veementes críticas ao desempenho dos três Poderes em relação à questão das crianças e adolescentes brasileiros. O Judiciário e o Ministério Público foram condenados pela tendência "à criminalização excessiva das condutas dos adolescentes", disse, cabendo ao Exe-



Eduardo Siqueira Campos registrou sentença divulgada pelo Tribunal Permanente dos Povos

tes nos recursos orçamentários para a educação e programas sociais, além de desviar recursos internacionais destinados a programas infantis para outras finalidades.

O Legislativo, salientou o senador, foi considerado inerte na obrigação de complementar a legislação necessária e omissa na fisca-

cutivo a crítica de ser omissa na aplicação dos dispositivos constitucionais relativos ao problema, efetuando cor-

CAE aprova renegociação de dívida

Comissão rejeita pareceres do relator e acolhe votos em separado do falecido senador Wilson Kleinübing, autorizando novas condições para o pagamento de débitos do Suriname



Emilia Fernandes

Projeto reduz taxa para emissoras educativas

Parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR) favorável a projeto de lei que reduz a Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação para as emissoras de radiodifusão educativas foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto, de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), já fora aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e será ainda examinado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) antes de ir ao plenário.

O projeto estipula que as emissoras educativas pagarão apenas um quinto do valor estabelecido pela Lei 9.691, de julho do ano passado, que atinge todas as emissoras, indistintamente. Essa lei, por sua vez, já havia reduzido as taxas aprovadas em julho de 1997 pela Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472), fixadas, segundo o relator, "em níveis demasiado elevados para a maioria das empresas de radiodifusão que operam nas pequenas cidades brasileiras".

Osmar Dias afirmou que, na aprovação da última lei, os parlamentares "não levaram em conta que a legislação brasileira adota tratamento jurídico diferenciado para empresas de radiodifusão comercial e educativa". Exemplificou que estações instaladas em municípios com população superior a cinco milhões de habitantes são sujeitas ao pagamento de uma taxa de R\$ 34.065,00. Em municípios com população inferior a 500 mil habitantes, a taxa é de R\$ 12.200,00. Pelo projeto, esses valores passam a R\$ 6.813,00 e R\$ 2.440,00, respectivamente, para as emissoras educativas.

O projeto de Emilia Fernandes inova ao estabelecer quatro faixas para a aplicação da taxa, diferenciando as realidades econômicas dos municípios de médio e de pequeno porte. As novas faixas para as emissoras educativas aplicam redutores ao patamar determinado para municípios com população entre 250.001 e 500.000 habitantes.

Esses redutores são de 20% para municípios com população entre 150.001 e 250.000 pessoas, ficando a taxa em R\$ 1.952,00; 40% para cidades com 100.001 a 150.000 habitantes (taxa de R\$ 1.464,00); 60% para localidades entre 50.001 e 100.000 moradores (taxa de R\$ 976,00); e 80% para municípios com até 50 mil habitantes (taxa de R\$ 488,00).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois votos em separado do falecido senador Wilson Kleinübing, favoráveis à aprovação de aditivos aos acordos de reescalonamento de dívida da República do Suriname e da Telecomunicações do Suriname (Telesur). Segundo os aditivos, as dívidas – de US\$ 58,84 milhões e R\$ 20,92 milhões, respectivamente – poderão ser pagas em títulos da dívida externa brasileira.

Foram rejeitados os pareceres do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), contrários aos aditivos. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que assumiu o mandato após o falecimento de Kleinübing, foi designado para relatar o voto do vencido nas duas matérias, que seguem para votação em plenário.

Roberto Requião afirmou que as dívidas tiveram origem no extinto Fundo de Financiamento à Exportação. Os aditivos contratuais em exame tiveram pareceres favoráveis da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesou-

ro Nacional, além das análises financeiras e de risco. O relator, porém, se opôs ao mérito do aditivo por considerar que ele "nada mais é do que uma proposta para que o Brasil abra mão de créditos que tem a receber". Mais grave ainda, para ele, é o fato de que tais créditos foram gerados com recursos orçamentários da União.

Requião lembrou que, ao permitir o pagamento em títulos da dívida externa brasileira, o governo estaria concedendo "um desconto substancial" ao governo do Suriname. Em seu voto, afirmou que, "quando estamos na condição de devedores, sofremos a arrogância abusiva dos credores, que nos forçam a aceitar a tutela do FMI e a pagar nossas dívidas *in totum*".



Senadores aprovaram aditivos aos acordos com a República do Suriname e a Telecomunicações do Suriname

No voto em separado, Wilson Kleinübing lembrava "a situação de extrema fragilidade por que passa o devedor" e dizia que "o alívio financeiro proporcionado por esse acordo, que vale tão pouco para o Brasil, representa contribuição significativa para o ajustamento econômico daquele pequeno país".

O falecido senador observava que a re-

jeição do aditivo abriria a possibilidade de o devedor buscar tratamento especial no Clube de Paris, com a elevação do prazo de pagamento para até 33 anos e a fixação de taxa de juros concessional, que reduziria a dívida em 67%. Outra opção seria o pagamento em 40 anos, com 20 anos de carência.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) declarou sua abstenção nas duas votações. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que apoiou o voto em se-

parado, destacou o papel importante do Brasil na América do Sul, o que dá contornos políticos à decisão. Questionou, porém, o tratamento diferenciado dado pelo governo às dívidas dos estados brasileiros e aos débitos de outras nações. O senador José Fogaça (PMDB-RS) concordou com Saturnino, mas lembrou que o reescalonamento é a única chance de o país receber.

Senadores reclamam do excesso de MPs

O senador Paulo Souto (PFL-BA) considerou injusta para a maioria dos estados a Medida Provisória nº 1.816, editada este mês pelo Executivo, que institui novas regras para o ajuste fiscal. As observações do senador sobre a MP foram feitas ontem, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e suscitaram protestos de vários senadores contra o atual sistema de edição e tramitação de medidas provisórias e contra a Câmara dos Deputados, que ainda não votou substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre o assunto.

Para Paulo Souto, a MP nº 1.816 institui quatro principais alterações no ajuste fiscal dos estados. Duas dessas mudanças – a que abate um percentual da receita líquida dos estados e a que permite que a dívida seja calculada sobre uma base menor do que a atual – só beneficiarão os que têm dívida mobiliária, explicou, já que o abatimento será sobre essa dívida. Mas a maioria dos estados, acrescentou, tem dívidas contratuais, regulamentadas pela Lei nº 8.727, enquanto a dívida mobiliária de que trata a MP é disciplinada pela Lei nº 9.496. "Não tenho uma proposta regionalista, mas essas medidas só beneficiam os estados mais ricos, pois não propõem abatimentos sobre a dívida contratual, apenas sobre a mobiliária, e isso não é um critério justo", explicou.

As duas outras mudanças feitas pela MP, segundo o senador, permitem que estados mudem critérios para receber compensações e façam empréstimos com base na Lei Kandir, que isentou de ICMS produtos primários, semifaturados e semielaborados para investimen-

to e exportação. As compensações com base na Lei Kandir, informou, serão da ordem de R\$ 917 milhões, e 80% desses créditos beneficiarão São Paulo.

Paulo Souto questionou as razões pelas quais o empréstimo permitido para os estados não pode ser feito com base em outra legislação que não a Lei Kandir, como, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios. No caso dos empréstimos com



Souto diz que MP sobre ajuste fiscal prejudica a maioria dos estados

base na Lei Kandir, disse que 25% dos recursos também beneficiarão apenas São Paulo.

– Quero crer que essas propostas são uma circunstância, mas acho que devem ser corrigidas. Peço atenção a isso, do contrário estaremos cometendo uma grande injustiça com os estados – alertou.

O presidente em exercício da CAE, senador Bello Parga (PFL-MA), afirmou que o assunto será examinado pela comissão, mas ressaltou que a medida provisória sobre a renegociação do ajuste fiscal dos estados será tratada por comissão provisória específica a ser formada no Congresso.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) foi o que mais protestou contra a condução das MPs no Congresso. Autor de um substitutivo sobre o assunto, o senador disse que as comissões mistas

especiais formadas para examinar as MPs são, na verdade, "uma falácia, uma mentira". Ele reclamou que há dois anos o Congresso debateu o assunto, propôs a reformulação da edição e tramitação das medidas provisórias, mas a matéria foi esquecida pela Câmara.

O substitutivo de Fogaça altera os prazos de votação das MPs, encurtando a tramitação das matérias e a votação de emendas, e proíbe a reedição.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também protestou contra a condução das MPs no Congresso. Ele sugeriu que a CAE ouça o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, sobre a medida provisória que trata do ajuste fiscal dos estados.

Já o senador Francelino Pereira (PFL-MG) destacou que o Congresso precisa cuidar e resolver primeiro os assuntos de sua competência para poder acusar os outros Poderes.

– As medidas provisórias são reeditadas a cada momento e não há discussão nas comissões específicas. Apenas o relator discute o assunto com a sociedade e ainda ficamos na presunção de que estamos rejeitando as MPs. É preciso que o Congresso tenha autoridade plena para debater suas próprias questões, sob pena de ser acusado de cuidar de outros Poderes e descuidar dos seus problemas – afirmou.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) observou que a medida provisória consegue ser pior do que o antigo decreto-lei, pois este, pelo menos, não era reeditado. José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a Câmara não votou a matéria porque caiu um item que tratava da retomada de prerrogativa do Executivo. Com isso, as próprias lideranças governistas engavetaram o assunto, observou.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou que o líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), levará o assunto para discussão no partido.

Programa de extensão universitária recebe emendas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acolheu na reunião de ontem parecer favorável a emendas de plenário modificando o projeto que dispõe sobre o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia. O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse que as emendas aprimoram o projeto de lei, de autoria da deputada Célia Mendes, já aprovado pela CAE e pela Comissão de Educação do Senado.

Uma das emendas, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), inclui no programa a concessão de bolsas e outros auxílios aos estudantes do último ano de graduação da área de saúde, para que possam cumprir período de atendimento às populações carentes da Amazônia Legal.

Os recursos para o programa, de acordo com o projeto original, serão consignados no Orçamento da União. A segunda emenda, também de Alcântara, permite o repasse de recursos de doações e convênios para o programa.

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) propôs outra emenda, estendendo o benefício a todo o interior da região amazônica. A proposta também foi aceita pelo relator, que a incluirá no projeto. A matéria ainda será votada, com as novas emendas, pelo plenário.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) considerou o projeto "extremamente importante para a Amazônia, porque é uma maneira de manter os profissionais da saúde no interior".

Secs promove seminário de comunicação para assessores

Será realizado amanhã e sexta-feira, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, o seminário *A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*, uma promoção da Secretaria de Comunicação Social (Secs) do Senado. O evento, que é destinado a assessores de imprensa e chefes de gabinete dos senadores, tem como objetivo levar à assessoria parlamentar uma visão atualizada dos serviços disponíveis na área de comunicação da Casa.

Hoje o Senado divulga suas ações para a sociedade por meio da TV, Rádio, Agência e *Jornal do Senado*, além da *home page* na Internet, que pode ser acessada no en-

dereço <http://www.senado.gov.br>. Serviços como *A Voz do Cidadão* (telefone gratuito 0800-612211 para recolhimento de críticas e sugestões) e o projeto *Visite o Senado* também ampliam a interação com a população. A abertura do seminário será feita pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita.

Além de apresentar todos os seus serviços disponíveis e as maneiras de utilizá-los, a Secretaria de Comunicação Social pretende, durante o seminário, fazer um levantamento entre os participantes para avaliar o trabalho que o órgão desenvolve atualmente, e se há necessidade da implantação de novos serviços.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Biodança
7h30 — *Especial Unip* — Linguagem musical — 1ª parte
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Saúde Todo Dia* — Ginástica Olímpica
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil* — Denê da Bahia
9h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Alcântara fala sobre o Dia Mundial da Tuberculose
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — *Comissão de Assuntos Econômicos* (ao vivo). Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Arminio Fraga, sobre a revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional
12h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Alcântara fala sobre o Dia Mundial da Tuberculose
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Cores do Brasil* — Diamantina
13h30 — *Agenda Econômica* — O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre o impacto da crise no turismo brasileiro
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo). Discussão em 1º turno: Proposta de emenda constitucional que altera artigos da Constituição relativos à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional
18h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Alcântara fala sobre o Dia Mundial da Tuberculose
18h55 — *Senado em Pauta*

19h — *Agenda Econômica* — O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre o impacto da crise no turismo brasileiro
20h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
20h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Alcântara fala sobre o Dia Mundial da Tuberculose
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Agenda Econômica* — O presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre o impacto da crise no turismo brasileiro
21h55 — *Senado em Pauta*
22h — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — *Comissão de Assuntos Econômicos* (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
0h — *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida — Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Acompanhado de Simone Vieira, James Billington conheceu as novas instalações da Biblioteca do Senado

Senado pode participar de rede mundial de bibliotecas

Dirigente da Biblioteca do Congresso dos EUA espera que o Brasil seja incluído no projeto que já conta com participação de 12 países

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado brasileiro, pode integrar-se brevemente a uma rede global de informações legislativas, que hoje já conta com a participação de 12 países. Esse foi um dos principais objetivos da visita que o presidente da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, James Billington, fez à Casa esta semana.

Na companhia da diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, Billington percorreu as dependências, recém-reformadas. Ele deteve-se na seção de obras raras, que conta com seis mil volumes, a maioria da época do Império. O presidente da biblioteca sediada em Washington folheou alguns livros como *Hiléia Amazônica*, de Gastão Cruls, datado de 1833, e *Flora Brasiliensis*, de Karl Frierich Martius, que chegou ao Senado em 1840.

— A biblioteca está muito bem organizada e o prédio é muito bonito — disse Billington, ao anunciar a intenção de que o Brasil seja incluído no projeto que já conta com a participação da Argentina, do Uruguai e do México.

Durante a visita, Simone Vieira fez

uma exposição sobre as características da Biblioteca do Senado. Segundo ela, são 150 mil volumes, 60% dos quais na área de Direito, além de 3,2 mil periódicos assinados e 2,5 milhões de recortes de jornais, já microfilmados. A diretora disse ainda que a biblioteca realiza intercâmbio com outras 15 bibliotecas nacionais.

— A idéia é mostrar que a nossa biblioteca não está longe do nível das bibliotecas americanas. O sistema de automação e organização está muito próximo àquele encontrado no Primeiro Mundo — afirmou Simone.

CONVÊNIO

A diretora disse que a formalização de um convênio entre a Biblioteca do Congresso dos EUA e a do Senado brasileiro para integrar o país no projeto da rede mundial já está sendo encaminhada junto à Diretoria Geral da Casa. Hoje, o intercâmbio entre as bibliotecas do Brasil e daquele país se dá de maneira informal.

Antes de visitar a biblioteca, Billington esteve também no Prodasen, onde manteve contato com o acompanha-

mento do processo legislativo em meio eletrônico e com o sistema de informática que atende ao Senado.

Durante sua passagem pelo Senado, Billington esteve acompanhado da chefe do escritório da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Pamela Howard, e da representante da Usis no Brasil, agência de informação e cultura do governo americano, Wendy Simmons.

PADRÕES

A Biblioteca do Congresso norte-americano é a maior do mundo, com cerca de 113 milhões de itens, entre livros, periódicos e até músicas. Por sua importância, ela define padrões de catalogação usados por outras bibliotecas no mundo.

Mais informações sobre a biblioteca norte-americana podem ser encontradas na Internet no endereço www.loc.gov. Muitos dos títulos lá encontrados estão disponíveis para consulta eletrônica. Para acessar a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho basta entrar na página do Senado Federal no endereço www.senado.gov.br.

Alcântara analisa na TV retorno da tuberculose

O senador e médico Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em entrevista à TV Senado, analisa o retorno da tuberculose ao Brasil, depois de um período de quase erradicação total da doença. A entrevista, que irá ao ar hoje às 4h30, 9h30 e 20h30, coincide com o Dia Internacional da Tuberculose, uma doença que ataca 90 mil brasileiros todos os anos.

Para o senador, “a tuberculose só



Lúcio Alcântara

será eliminada do país com o incentivo por parte do governo e a conscientização da população para a necessidade da vacina preventiva”. Segundo ele, a doença é de fácil diagnóstico e curável, desde que o tratamento não seja interrompido, como ocorre com frequência.

TURISMO

Também hoje a TV Senado apresenta o programa *Agenda Econômica*, que vai ao ar às 5h, 13h30 e 21h15. Nele, o

presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, fala sobre as perspectivas para o setor de turismo.

O presidente da Embratur lembrou que no ano passado o Brasil recebeu mais de cinco milhões e meio de turistas estrangeiros. “Mas o interessante é observarmos a evolução dos números nos últimos quatro anos”, assinalou. O Brasil saltou do 49º lugar em quantidade de turistas recebidos no ano de 95 para o 28º posto no *ranking* dos países que mais recebem turistas no mundo.

Emilia quer renúncia de FHC, "antes que o pior aconteça"

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) conclamou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso a renunciar, "antes que o pior aconteça". Deixando claro que não está pregando qualquer tipo de "golpismo", a senadora apelou para o bom senso de FHC. "O presidente precisa reconhecer que, passados apenas três meses da reeleição, o governo está fracassado no campo econômico e social e impotente diante das pressões externas", destacou.

Para Emilia, é preciso avançar na direção da renúncia de FHC. "Estamos defendendo um preceito claro e legítimo presente na Constituição como forma de resgatar a governabilidade do país, comprometida por uma das piores administrações de nossa história, que vem destruindo o patrimônio nacional, comprometendo a nossa soberania e ameaçando retroceder o Brasil à condição de colônia dependente e submissa."

A senadora pelo Rio Grande do Sul afirmou que "somente a renúncia de FHC pode levar a sociedade brasileira a reencontrar-se e construir uma agenda positiva para a nação, que fortaleça a produção, defina políticas industrial e agrícola, reduza as taxas de juros, promova a geração de empregos, a distribuição de renda, a valorização dos tra-



"Um país não pode estar à disposição de governo algum", alerta Emilia Fernandes

balhadores e restitua a esperança".

Emilia Fernandes citou dados econômicos e sociais do Brasil entre 1994 e 1998, ressaltando que, a continuar desse jeito, a economia se arrisca a retroceder ao período pré-Revolução de 30.

"Um país não pode estar à disposição de governo algum. Antes de tudo, o país deve pertencer ao seu povo e dar plenas condições de vida a sua gente. Diante da iminência do caos social, da desintegração das instituições e do desespero, o povo tem o dever e o poder de exercer seu direito constitucional e de exigir mudanças, antes que o pior aconteça", advertiu.

Amorim acusa estatal de pagar mais caro por energia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) denunciou ontem que a concessionária de energia do estado de Rondônia, a Ceron, depois de federalizada, passou a comprar energia termelétrica por um valor 50% superior ao praticado anteriormente. Ele acrescentou que, além de pagar mais, a Ceron também cedeu todo o seu parque gerador, sem qualquer ônus, para a empresa Guascor do Brasil, e ainda está fornecendo o combustível e o óleo lubrificante necessários para a produção e oferecendo as peças de reposição para os equipamentos.

De acordo com Ernandes Amorim,

está sendo contratada uma nova empresa para fornecer 300.000 MW, com a promessa de uso do gás de Urucum. Ele afirmou que o contrato está sendo feito sem licitação e a base de preço é a mesma praticada com a Guascor, R\$ 90,00 o MW por hora, quando o preço anterior cobrado por outros produtores independentes era de R\$ 60 o MW por hora.

O senador lembrou que já esteve duas vezes fazendo essa denúncia no Ministério de Minas e Energia. Por não ter obtido resposta, ele apresentou vários requerimentos solicitando informações do ministério e da Ceron.

No primeiro deles, Ernandes Amorim pede explicações sobre o montante investido na Ceron desde o início do processo de federalização, a origem desses recursos e se houve melhorias no fornecimento de energia para a população. No outro, ele procura saber o valor total dos investimentos individuais feitos pelo ministério nas empresas concessionárias de energia elétrica já privatizadas, o total arrecadado com as respectivas desestatizações e a relação custo/benefício das privatizações.

Com o terceiro requerimento, Amorim quer esclarecer todos os dados referentes à Usina de Machadinho, comprada pela Ceron e repassada para a Guascor.



Amorim informou que já levou denúncia ao Ministério de Minas e Energia

Requião apóia CPI para investigar o Judiciário

Senador adverte que, se o país não mudar alguns procedimentos da Justiça, juízes se colocarão sempre acima do bem e do mal

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) declarou ontem que subscreverá o pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades no Poder Judiciário. Ele fez esse anúncio referindo-se à proposta que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, formalizará amanhã.

— Outro dia, eu me manifestava neste plenário, dizendo que, no meu entendimento, nós poderíamos, sim, investigar Justicças estaduais, mas que eu tinha dúvidas quanto ao meu posicionamento e quanto à oportunidade de aprofundarmos essa questão através de uma CPI. Mas agora declaro que serei, sem a menor sombra de dúvida, um dos subscritores dessa CPI — anunciou o parlamentar.

Ele observou ter sido, sistematicamente, provocado e condenado pela Justiça do Paraná, por ter-se recusado a pagar um aumento impossível de ser suportado, quando era governador. Conforme explicou, o aumento não era amparado em lei, mas em decisão do órgão superior da magistratura, que achava que tinha independência para fixar seus próprios salários e mandar a conta para o governo do estado. "Essa pendência vem de muito tempo, mas aumento salarial no Brasil só pode ser por lei, ato jurídico complexo, com a



Requião elogiou as decisões tomadas em terceira instância nos processos em que esteve envolvido

participação da Assembleia Legislativa", ensinou o senador.

Requião opinou que, se o Brasil não fizer modificações sérias em alguns procedimentos do Judiciário, os juízes se colocarão sempre acima do bem e do mal. Mas ele elogiou as decisões tomadas em terceira instância nos processos em que foi envolvido. "Sempre lisas e corretas, delas jamais pude fazer uma observação negativa, mas acredito que os abusos do Judiciário têm de ser contidos", acrescentou.

O parlamentar narrou fato com ele ocorrido em 1990, durante a campanha para o

governo do Paraná. Contou que seu advogado promoveu uma representação criminal contra ato de abuso de poder praticado pelo juiz Sérgio Arenhart, que censurara sua propaganda política, mandando divulgar texto lido por um locutor, com agressões pesadas a sua pessoa e à coligação que apoiava sua candidatura.

Conforme o senador, o texto excedia os limites toleráveis, mas a representação por ele ajuizada contra o juiz foi arquivada pelo Superior Tribunal de Justiça, que acolheu manifestação do procurador da República, segundo o qual juiz de direito de primeiro grau não responde por crime de responsabilidade, por não existir previsão legal tipificando essa conduta ilícita.

Roberto Requião informou que, quatro anos depois, o juiz promoveu a favor de si mesmo ação cível para reparação de danos morais, apontando o senador como réu. Segundo seu relato, essa ação foi julgada e o pedido de indenização considerado procedente e fixado no valor de 720 salários mínimos. Para o senador, isso significa tentativa de enriquecimento ilícito, prática de concussão e abuso da função de julgar, por parte dos membros do Judiciário, em favor dos seus integrantes. "Que providências posso eu tomar? Não existe providência legal", defendeu-se ele.

Rocha sugere reunião secreta para examinar as denúncias

Sem a princípio ver sentido na realização de uma CPI do Judiciário, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sugeriu ontem uma sessão secreta em que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, daria conhecimento aos senadores das denúncias de que dispõe, para que estes possam se posicionar em relação ao assunto.

No caso da Justiça do Amapá, o senador considera uma CPI "incabível e desnecessária". Na presidência dos trabalhos, o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que tanto o Regimento Interno do Senado quanto a Constituição impedem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar, genericamente, um dos Poderes republicanos.

Quanto à proposta de extinção da Justiça do Trabalho, por outro lado, Sebastião Rocha manifestou-se contra.

ASSENTAMENTO

O senador também registrou visita aos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, em seu estado, onde reuniu-se com agricultores sem-terra que pleiteiam a legalização de uma área pertencente às municipalidades. Conforme Sebastião Rocha, os agricultores reivindicaram que o Incra

regulamente o assentamento e solicitaram o empenho do senador para o esclarecimento do assassinato de Maria de Nazaré Mineiro. Líder dos agricultores, ela foi morta em novembro do ano passado e até agora as investigações pouco avançaram.

Em outro registro, o senador relatou que caminham as tratativas em torno de cooperação entre o Brasil — mais particularmente o Amapá — e a França para a construção da rodovia que interligará Caiena, na Guiana Francesa, a São Jorge, no Amapá.



Sebastião Rocha é contra a proposta de extinção da Justiça do Trabalho

CPI é inevitável, avisa ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a CPI do Judiciário "é inevitável", e não representa interferência de um Poder sobre outro, pois, se o Legislativo pode fazer leis para o Judiciário, também pode fiscalizá-lo e ajudá-lo a encaminhar soluções para seus problemas.

— Acho que a CPI é inevitável e é bom para o Brasil que seja, porque seu objetivo é construir um bom Judiciário, à altura das necessidades do país. Destruir, só mesmo a corrupção, que não pode mais campear no seio da Justiça — disse. O senador está convencido de que já prestou um bom serviço ao povo brasileiro, somente por ter suscitado o debate do tema.

— Tenho certeza de que a Justiça não será mais a mesma, para pior, como tem sido até agora. Isso não significa que não existam juízes dignos, decentes, e sim que sua imagem não pode continuar sendo maculada por aqueles que não são — ressaltou.